

Inovação tributária

Precisamos encontrar, urgentemente, uma maneira de dar fim ao "círculo vicioso" no qual o Brasil se meteu e reinventar nosso modelo de desenvolvimento tecnológico. Estamos carentes de políticas públicas adequadas à realidade global. Como consequência desse ocaso estratégico, temos nos condenado a um crescimento medíocre em comparação ao resto do mundo, andando para trás e perdendo oportunidades, desnacionalizando o mercado nacional, aumentando a dependência externa e atuando de forma pífia no cenário internacional.

Nossa historicamente sofisticada comunidade tecnológica, formada pela academia, pelo setor privado, pelo governo, pelos militares e pela sociedade civil, hoje padece de um processo de decadência e abandono de seus principais centros de excelência em pesquisas e inovação.

Atestado marcante desse incompreensível estado de coisas nos foi oferecido pela última edição do índice de prontidão tecnológica (IT Readiness), do Fórum Econômico Mundial, divulgado no primeiro semestre deste ano, segundo o qual o Brasil despencou do honroso 29º para o decepcionante 46º lugar, entre cerca de 120 países analisados, no curto período entre 2002 e 2004.

Falta visão sobre a importância fundamental que a produção e a disseminação das tecnologias da informação adquiriram. No centro da problemática está a fúria arrecadatória do Estado brasileiro, que asfixia a produção para sustentar a ineficiência estatal. No caso das tecnologias da informação, da telefonia, do hardware e do software, ferramentas fundamentais para o desenvolvimento do País, o peso direto e indireto da carga fiscal ultrapassa os 50%, como se fossem artigos de luxo, encarecendo o uso e

barrando a inclusão digital, estimulando o contrabando, a pirataria e a sonegação, institucionalizando a corrupção dos agentes governamentais de fiscalização, formalizando o mercado negro e, em última análise, tornando a esmagadora maioria dos usuários de informática em criminosos e contraventores.

Hoje, oficialmente, 88% dos PCs vendidos no País têm irregularidades, 65% dos programas de computador e 94% dos games são piratas, um número incalculável de máquinas fotográficas e aparelhos eletrônicos entram no Brasil ilegalmente, o déficit tecnológico em nossa balança comercial, formal e informal, deve estar próximo dos 50 bilhões de reais, 82% dos celulares são pré-pagos, subutilizados apenas como "pagers" e consomem em média um pouco mais do que dez reais por mês, entre outros dados alarmantes.

Com impostos de Primeiro Mundo, até a faixa dos 20%, com certeza, desinstitucionalizariamos a criminalidade e o submundo, incentivaríamos a digitalização dos negócios, estimularíamos o progresso e, provavelmente, inclusive, terminaríamos também com uma maior arrecadação de impostos.

Agora, diante do flagrante esgarçamento do tecido político brasileiro, cabe ao setor privado e às suas entidades, a liderança do processo de mudança e modernização do País. Temos de criar a necessária força político-empresarial para inovar quanto à política fiscal, que deve favorecer setores estratégicos e a inclusão do Brasil na sociedade global da informação e do conhecimento. Precisamos de inovação tributária. ■

